



PROJETO PEDAGÓGICO

Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas

Aprovado pelo CONSIE - Conselho do Instituto de Economia, em sua 11^a. Reunião,
realizada em 07 de outubro de 2009.

Aprovado pelo CONGRAD - Conselho de Graduação da Universidade Federal de
Uberlândia (Resolução 10/2010, de 21 de maio de 2010).

I - Identificação

Denominação: Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Modalidade: Bacharelado

Titulação conferida: Bacharel em Ciências Econômicas

Unidade Acadêmica: Instituto de Economia (IEUFU)

Duração do Curso: 8 (oito) semestres letivos - 4 anos

Integralização do Curso: mínimo de 8 (oito) e máximo de 14 (quatorze) semestres

Regime Acadêmico: Seriado Semestral

Turno de Funcionamento: Diurno Integral

Número de Vagas: 80 vagas anuais (40 no 1º semestre e 40 no 2º semestre)

Dimensão das Turmas: 40 alunos p/turma

Carga Horária: 3.270 horas

(3.030 horas + 240 horas em Atividades Acadêmicas Complementares)

Implantação da nova estrutura curricular: segundo semestre letivo do ano 2010

Outras Unidades Acadêmicas envolvidas:

Instituto de História (INHIS)

Instituto de Geografia (IGUFU)

Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais (FAFCS)

Faculdade de Direito (FADIR)

Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN)

Faculdade de Educação (FACED)

Faculdade de Matemática (FAMAT)

Faculdade de Ciências Contábeis (FACIC)

II - Endereço

Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas Instituto de Economia Universidade Federal de Uberlândia Av. João Naves de Ávila, 2121, Campus Santa Mônica, Bloco 1J. 38400-902 - Uberlândia/MG
--

III - Apresentação

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas do Instituto de Economia guarda íntima referência com a legislação vigente, na medida em que respeita a Resolução CNE/CES 04/07, de 13/07/2007, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Bacharelado, e na qual encontra-se definido o que é considerado essencial para a formação do economista: “sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares ao curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial”. Igualmente, o Projeto Pedagógico respeita a Resolução CNE/CES 02/07, de 18/06/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, alterando a carga mínima do Curso de Graduação em Ciências Econômicas de 2.700 horas para 3.000 horas.

Em sintonia com os princípios norteadores estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, o Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas do IEUFU, além de atender em seu conjunto os conteúdos que nela constam como obrigatórios, oferece ainda a possibilidade de o estudante cumprir componentes e conteúdos curriculares de sua escolha (disciplinas optativas e atividades acadêmicas complementares), com o que se confere certo grau de liberdade para integralizar a sua formação.

A estrutura curricular do Curso, por seu turno, mantém o histórico e reconhecido compromisso do Instituto de Economia da UFU com a permanente busca de uma formação de qualidade, revestida de solidez teórica, histórica e instrumental na área específica de conhecimento, referenciada também na realidade local, regional e nacional, sem desconsiderar a realidade mundial. Tal compromisso institucional busca oferecer ao graduando qualificação para o futuro exercício profissional e para sua mobilidade entre as alternativas de aperfeiçoamento e de inserção no mercado de trabalho. Também o caráter pluralista em seu desenvolvimento teórico, por meio do enfoque de diferentes ‘paradigmas’ da Ciência Econômica e da consideração das controvérsias que a permeiam, permite um posicionamento crítico do profissional que nele se forma.

Ademais, estão fortemente presentes na orientação geral do Curso a dimensão ética da profissão, a responsabilidade social do futuro profissional, e a

importância da consciência analítica e crítica, requisitos para a indispensável contribuição de cada profissional à construção de um país menos desigual.

Para a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas do IEUFU, o Colegiado do Curso, desde meados de 2005, conduziu a discussão junto a comunidade acadêmica do Instituto de Economia, mesmo dois anos antes da determinação legal para tanto, com o advento das aludidas Resoluções CNE/CES 02/07 e 04/07. O Colegiado do Curso providenciou, em diferentes ocasiões, na medida em que a matéria assim requeria, seminários, encontros, reuniões e outras atividades, abertas aos interessados na matéria, chegando a contar com a participação de convidados especialistas, como no caso da discussão sobre regime acadêmico e, em duas das oportunidades, com as visitas do então Presidente da ANGE - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia para aprofundamento dos debates sobre o Projeto Pedagógico, antes e depois da homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais.

A proposta aprovada pelo Colegiado do Curso, em reunião realizada em 27 de abril de 2007, seguiu para o Conselho do Instituto de Economia, conforme Ata da sua 5ª. Reunião de 2007, cabendo ao CONSIE tratar da matéria em seu âmbito, tendo sido o Projeto Pedagógico aprovado na 11ª reunião do CONSIE, realizada em 07 de outubro de 2009.

IV - Justificativa

1. Breve História e Considerações sobre a ciência e o avanço científico da área específica do Curso de Graduação em Ciências Econômicas¹

A introdução do ensino de Economia no Brasil remonta ao período colonial e, em seus primórdios, mantém estreita relação com a prática comercial. O Instituto do Comércio, atento ao importante desenvolvimento da Ciência Econômica, trata de incorporar o estudo da disciplina Economia em seu currículo, como ocorre com as Faculdades de Direito e de Engenharia, ao final do século XIX. Quando da transformação do Instituto do Comércio em Academia do Comércio do Rio de Janeiro,

¹ Estas considerações tomam por base o exposto em GARLIPP, José Rubens Damas. Ensino de Economia no Brasil: Passado, Presente e Futuro. *Anais do Encontro Internacional de Economistas de Língua Portuguesa*. 2001.

os cursos - técnicos de nível médio e superior - ali desenvolvidos estimulam a emergência da Economia como campo de atuação profissional. Tanto assim que, no final da segunda década do século XX, mais precisamente em 1919, a escola recebe a denominação de Faculdade de Ciência Política e Econômica do Rio de Janeiro, cujos alunos se graduam em Ciências Econômicas e Comerciais.

A trajetória do ensino de Economia no país acompanha *pari passu* as transformações mais importantes que têm lugar na economia e sociedade brasileiras. Não por menos, no início da década de 1930, momento em que o Brasil se volta decisivamente à industrialização, as transformações econômicas e sociais informam a necessidade de reformulação do ensino da Ciência Econômica, que se vê, a partir de então, separado do ensino comercial, em que pese a denominação um tanto genérica de *Administração e Finanças* que recebe o currículo instituído pelo Decreto nº. 20.158, de 30.06.1931.

Nesta que é a primeira norma curricular, o ensino de Economia se desenvolve, em sua maior parte, por meio de matérias e disciplinas de caráter jurídico, financeiro, contábil e administrativo. Dentre o total de 17 matérias que compõem o currículo de 1931, todas obrigatórias, são 3 as diretamente vinculadas ao campo da Ciência Econômica: *Economia Política; Geografia Econômica; e História da América e Fontes da Riqueza Nacional*. Herança dos seus primeiros tempos, e expressão do campo de atuação dos profissionais que então se busca formar, o currículo compreende também disciplinas como *Psicologia, Lógica e Ética; Legislação Consular; Direito Internacional; Diplomacia; História dos Tratados; Correspondência Consular e Diplomática*.

É importante notar que, no Brasil da época, são apenas três as profissões consideradas liberais: advocacia, engenharia e medicina; estando as demais associadas ao ensino técnico-comercial. A necessidade de formar, não só, mas especialmente, servidores públicos em um contexto de consolidação da ossatura do Estado capitalista brasileiro, redundava no reconhecimento dos economistas como profissionais liberais pelo segundo Governo Vargas, através da promulgação da Lei 1.411, de 13.08.1951, que regulamenta a profissão.

Nesse meio tempo, o currículo surgido em 1931 é totalmente modificado em meados da década de 1940, quando o Decreto Lei nº. 7.988, de 22/12/1945, incorpora a Ciência Econômica ao sistema universitário brasileiro. Como bem

apanhado por MENDES (1984)², a individualização do ensino de Economia, preconizada pelo currículo de 1945, não deixa de considerar o importante peso das matérias da área jurídica, de administração e contabilidade, seja em virtude da herança proveniente do campo de atuação profissional - ainda bastante mesclado com profissões tidas como afins, de Contador e Administrador -, seja em virtude da origem dos professores e profissionais que ministram o ensino de Economia, predominantemente bacharéis em direito e engenheiros, e um alunado composto, basicamente, por técnicos comerciais de ensino médio. A referida individualização do ensino de Economia no currículo de 1945 se exprime na introdução de matérias e disciplinas tidas como tipicamente econômicas: *Estrutura das Organizações Econômicas*; *Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos*; *Evolução da Conjuntura Econômica*; e *Valor e Formação de Preços*, além de *História Econômica* e *História das Doutrinas Econômicas*, e da manutenção de *Economia Política* e de *Geografia Econômica*, presentes no currículo anterior.

É na década de 1960 que este esforço empreendido no sentido de individualizar o ensino de Economia ganha maior nitidez e ênfase, a partir da vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O então Conselho Federal de Educação emite o Parecer nº. 397/62, em 1962, e aprova Resolução específica para a adoção do currículo de graduação em Economia. Busca-se, assim, a separação dos cursos de Ciências Econômicas em relação aos Cursos de Ciências Contábeis e Ciências Atuariais, através da divisão entre matérias caracteristicamente econômicas e outras, auxiliares, mas com uma forte inclinação para privilegiar as primeiras, dentro de orientação marcadamente 'especializada' ou técnica. Fixa-se a duração do curso em quatro anos e, posteriormente, em 1965, estabelecem-se os limites mínimo e máximo de duração e carga horária mínima. É bem verdade que, por meio da referida separação do ensino de graduação em Economia, se procura acompanhar as significativas mudanças por que passam a economia e a sociedade brasileiras em direção ao processo de industrialização pesada, em lugar da industrialização restringida que marca o período 1933-55. O desiderato de acompanhar a formação e organização do sistema produtivo e das instituições nacionais, em seu significado e funcionamento, e com isso centrar o curso de Economia nos problemas econômicos brasileiros, não se materializa, no entanto, nas matérias e disciplinas do currículo, dado que este não vai além do conteúdo programático de *História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil*, desenvolvido em uma mesma matéria. O currículo de

² MENDES, Armando Dias. (relator) 1984. Novo currículo mínimo de ciências econômicas. Parecer CFE nº. 375/84, de 06.06.1984, Documenta 282, Brasília/DF - republicado em *Cadernos ANGE* nº.1, Série Orientação Acadêmica. Vitória: Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia, 1993.

1962, de todo modo, consolida os avanços dos currículos anteriores e, dentre eles, é o que tem o maior prazo de vigência. Enquanto o primeiro currículo, de 1931, vige por aproximadamente 14 anos, o segundo, de 1945, dura cerca de 17 anos, e o terceiro, de 1962, subsiste por mais de duas décadas, até que, em 1985, entra em vigor um novo currículo, em virtude da aprovação da Resolução CFE nº. 11/84, de 06.06.1984.

A bem da verdade, os esforços no sentido de reformar o currículo de 1962 têm início já nos primeiros anos da década de 1970, quando o tema é levado à discussão em seminário sobre o ensino de Economia, promovido em 1972, pela Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC), ocasião em que é apresentada uma proposta de revisão do currículo mínimo. Outros esforços caminham, naquela década, em direção à reforma curricular, encontrando eco no quadro maior de democratização da sociedade brasileira, como bem assinala MANSUR (1987)³, quando se desenvolvem dois processos convergentes: (1) o nascimento do Movimento de Renovação dos Economistas, movimento voltado para o resgate da identidade, da função social e da gestão das entidades representativas dos economistas; e (2) o processo de profunda reformulação do ensino de Economia em algumas escolas, com razoável grau de articulação entre elas e com o nascente Movimento de Renovação. Os debates e discussões sobre o ensino de graduação em Economia identificam a existência de uma clara tendência neopositivista e analítica na estrutura da maioria dos cursos, em contraste com a orientação mais descritiva e institucional. Igualmente, tornam patente a influência de professores que recebem sua formação em escolas americanas, se propondo a ministrar cursos modernos e atualizados, mas cujos livros adotados indicam tratar-se de cursos não só extremamente difíceis e matematizados, mas desconectados da realidade econômica e social.

Com efeito, os debates apontam claramente para a necessidade de rompimento com a subordinação de toda a formação teórica a um único paradigma, subordinação essa responsável pelo empobrecimento da Ciência Econômica e pela redução da sua dimensão social. Pela mesma razão, torna-se imperiosa a superação da comumente frágil formação histórica, reduzida e sem análise econômica. A formação de profissionais prejudicados em sua visão crítica acerca das questões econômicas e sociais, bem como da realidade brasileira e latino-americana, e a

³ MANSUR, Pedro J. 1987. A formação do economista no Brasil: análise do atual movimento da reformulação curricular (ou, o processo de mobilização de professores, alunos e economistas por um novo tipo de ensino. *Cadernos ANGE* nº.2, Série Orientação Acadêmica. Vitória: Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia, 1995.

generalizada tradição de compor o currículo com imenso conjunto de matérias e disciplinas ‘auxiliares’ nem sempre articuladas, tornam clara a convergência em relação à necessidade de reformar o ensino de Economia no país. Assim, o currículo oriundo da Resolução CFE 11/84 emerge com a responsabilidade de atender as demandas existentes desde a constituição de um curso superior em Economia no Brasil, a saber: distinguir claramente o campo da Economia, entendendo-a não como uma técnica vinculada ao ensino comercial, mas como uma ciência - portanto exigindo sólida formação teórica; e formar um economista não apenas altamente capacitado para discutir problemas de teoria e de política econômica, mas comprometido com a realidade brasileira, isto é, motivado a lidar com os problemas específicos de uma economia em desenvolvimento como a brasileira.

Por conta disso, o currículo de 1984 tem seu espírito e sua filosofia orientados no sentido de evitar a primazia de um único paradigma do conhecimento, no caso o neoclássico. Nestes termos, busca-se garantir o espaço, na estrutura curricular, para a apresentação dos paradigmas teóricos alternativos. Mais que uma característica, portanto, o pluralismo metodológico se torna um dos princípios basilares do ensino de Economia preconizado pela Reforma de 1984. Tanto é verdade que ele aparece entre os princípios que norteiam a definição do currículo pleno e a fixação dos programas de cada disciplina, bem como seu ensino, de acordo com o Art. 7º. da Resolução CFE 11/84:

a) o curso de Ciências Econômicas deverá estar comprometido com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental;

b) o curso deverá caracterizar-se pelo pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural da Ciência Econômica, formada por correntes de pensamento e paradigmas diversos;

c) no ensino das várias disciplinas do curso deverá ser enfatizada a importância das inter-relações ligando os fenômenos econômicos ao todo social em que se inserem;

d) dever-se-á transmitir ao estudante, ao longo do curso, o senso ético de responsabilidade social que deverá nortear o exercício futuro de sua profissão.

É de se notar, pois, que além do pluralismo metodológico, a Reforma de 1984 apresenta ainda outras características definidoras de seu espírito e filosofia, a saber: ênfase em uma sólida formação teórica, histórica e instrumental, além da obrigatoriedade da Monografia de conclusão de curso e flexibilidade curricular.

A ênfase em uma sólida formação teórica e histórica vem responder às inquietações quanto ao caráter superficial e genérico da formação proporcionada em muitos dos cursos de graduação em Economia, o que pressupõe um conhecimento adequado do quadro histórico-institucional em que se insere a realidade a qual se aplicam as abstrações teóricas, ao invés de pretender concentrar o curso em aspectos 'práticos' da realidade econômica, conforme ressalta o próprio documento elaborado pela Comissão Especial para a revisão curricular, designada pelo Ministério da Educação. Quando da elaboração do currículo de 1984, tal preocupação se materializa, de um lado, na fixação de limites mínimos para as horas-aula dedicadas a matérias/disciplinas teóricas; e, de outro, estabelece-se um limite máximo para o desdobramento de matérias/disciplinas introdutórias ou auxiliares, visando inibir o indesejável desdobramento excessivo de matérias/disciplinas de apoio, prática até então usual que comprometia seriamente a identidade da formação do economista brasileiro. O reforço da formação histórica, garantido pelo aumento das matérias e disciplinas daí desdobradas e pelo estabelecimento do limite mínimo de horas-aula, buscou proporcionar ao estudante o conhecimento adequado do quadro institucional em que se insere a realidade mundial, a latino-americana e a brasileira.

Por seu turno, a Monografia, como requisito obrigatório para a conclusão do curso, surge da constatação de deficiências do treinamento de redação de trabalhos escritos, e de insuficiente capacidade de desenvolver argumentos, apresentando-os de forma consistente e articulada. Como tal competência é essencial para o trabalho do economista profissional, o currículo de 1984 confere grande ênfase a essa prática, visando a melhoria da qualidade dos trabalhos escritos e da capacidade argumentativa dos futuros economistas. A introdução da Monografia de conclusão de curso como requisito curricular obrigatório torna-se, então, uma importante e inovadora mudança pedagógica para a melhoria da formação de economistas, ao tempo em que induz ao compromisso das escolas com a qualidade do curso, posto que supõe o destaque parcial de tempo de trabalho dos professores designados para a sua orientação, em caráter permanente, durante a sua elaboração.

É certo que toda e qualquer organização curricular, na graduação, se traduz em norma de exposição do corpo de proposições fundamentais de sua ciência, sendo portanto um instrumento de divulgação e reflexão, de treinamento e desenvolvimento de habilidades específicas ao seu campo do conhecimento. Além do mais, tal organização deve proporcionar a cada instituição a possibilidade de diferentes contornos, levando em conta a capacitação do corpo docente, os

interesses dos estudantes, as vocações regionais e locais, especialmente em se tratando de um país com a dimensão continental do Brasil.

Sem desconsiderar as dificuldades e resistências encontradas, principalmente nos primeiros anos de sua implantação, o fato é que a da Reforma de 1984 foi se firmando nos cursos de graduação em Ciências Econômicas brasileiros, tendo um impacto positivo na formação profissional e permitindo uma formação básica de qualidade. Com a aprovação, em dezembro de 1996, da Lei nº. 9.394, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, o Ministério da Educação determinou que Comissões de Especialistas buscassem subsídios para a fixação de novas diretrizes curriculares. No caso dos Cursos de Ciências Econômicas, os 11 anos decorridos até a sua instituição, por meio da Resolução CNE/CES 04/07, foram ocupados por amplos debates acerca das Diretrizes, sempre se renovando e se aprimorando em diversos Fóruns e Congressos das entidades acadêmicas e profissionais dos economistas, bem como em debates com os órgãos públicos responsáveis pela legislação do ensino superior no Brasil, como o Conselho Nacional de Educação e a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação.

O resultado dos debates, inscrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2007, está na manutenção dos princípios, dos fundamentos e do espírito que informaram a Resolução CFE 11/84, ao tempo em que são introduzidas importantes inovações, como a ampliação da carga horária de livre escolha da instituição (de 40% para 50% da carga horária total do curso - cujas 3.000 horas mínimas são fixadas pela Resolução CNE/CES 02/07); a inclusão de Atividades Complementares; e a estruturação, antes recomendada e agora obrigatória, do Projeto Pedagógico por parte de cada curso.

As transformações ocorridas no sistema internacional no final do século passado modificaram a percepção das realidades nacionais e internacionais, de tal sorte que o crescente processo de internacionalização das relações econômicas, políticas, sociais e culturais que marca as últimas décadas tem resultado no aprofundamento das relações econômicas em todos os aspectos da vida humana, impondo desafios de toda ordem às diversas comunidades, pelo que se constitui num dos principais temas do recém inaugurado século XXI.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Economia revestem-se de uma importância especial em vista do desenvolvimento sócio-econômico de Uberlândia e região, assim como do Estado de Minas Gerais e mesmo do Brasil, e respondem a expectativas de formação de uma mão-de-obra qualificada e preparada para enfrentar os desafios das transformações da vida econômica e social. Assim,

formar profissionais que se dediquem à formulação e à implementação de políticas e decisões de atores públicos e privados na área econômica continua sendo uma meta importante para um Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas oferecido pelo Instituto de Economia da UFU, cuja concepção, princípios e fundamentos estão fundados na interação com demais áreas de conhecimento das ciências sociais puras e aplicadas.

2. Breve Apresentação do Instituto de Economia

O atual Instituto de Economia (IEUFU) teve origem no Departamento de Economia da UFU (DEECO) que, por sua vez, nasceu da antiga Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia, fundada em 1962 (Decreto-lei 1842, de 05/12/62). O Curso de Graduação em Ciências Econômicas teve seu funcionamento autorizado em 03/11/66 (Decreto 59.447), e obteve reconhecimento pelo antigo Conselho Federal de Educação (CFE), em 11/11/71 (Decreto-lei 69.535). A então Faculdade de Ciências Econômicas passou a integrar a Universidade de Uberlândia, autorizada a funcionar em 1969 (Decreto-lei de 14/08/69).

Com a federalização da Universidade em 1978 (Decreto-lei 6532, de 24/05/78), foram instituídos os Departamentos como suas unidades básicas, e nessa nova estrutura organizacional surgiram o Departamento de Economia e a Coordenação do Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas.

Os primeiros anos da década de 1980 marcaram uma importante renovação no Departamento e no Curso de Graduação. Com a contratação, via concurso público, de professores qualificados, e com a reestruturação curricular - precursora no País de uma formação do economista tal como preconizada pela Resolução CFE 11/84 -, estabeleceram-se as condições para o avanço na produção intelectual dos corpos docente e discente, como assinalam as pesquisas, monografias e trabalhos publicados. O Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas alcança reconhecimento nacional, como atestam os sistemas de avaliação oficiais (Ministério da Educação) e não-oficiais, chegando a estar entre os dez melhores conceituados do país, e tendo alcançado o sexto lugar dentre os Cursos de Ciências Econômicas do país já em 1998⁴.

Não é por outra razão que se explica, desde então, o crescimento das atividades de Iniciação Científica, de Aperfeiçoamento, do PET - Programa de

⁴ Tal reconhecimento se manifestou, ainda, no fato de a comunidade acadêmica nacional ter eleito o Curso do IEUFU, em duas gestões (1995-77 e 1997-99), como sede da Presidência da ANGE - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia.

Educação Tutorial, Monitorias e da Empresa Júnior. O programa de capacitação dos docentes foi e continua sendo uma das prioridades do IEUFU. Depois de seguir uma política agressiva para viabilizar o doutoramento dos docentes, o Instituto passou a estimular o pós-doutoramento.

O Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) nasce com o Curso de Mestrado em Economia, recomendado pelo Grupo Técnico Consultivo da CAPES em 06/12/95. Aprovado e criado pela Resolução n.º 07/95 de 23/06/95 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia, o PPGE iniciou as suas atividades em março de 1996, classificado com conceito 4 (quatro) na CAPES, equivalente a um conceito Bom, conforme indicado nos textos de referência do processo de avaliação daquela instituição. Em 2006, o PPGE teve aprovado pela CAPES o Curso de Doutorado em Economia, igualmente com conceito 4 (quatro), tornando-se assim um Programa de Pós-graduação completo.

Nesse mesmo ano de 2006, o Conselho do Instituto e Economia instituiu uma comissão para estudar a viabilidade da criação e implantação do Curso de Graduação - Bacharelado em Relações Internacionais. Aprovada pelo CONSIE em junho de 2008, a proposta deste novo curso foi apreciada pelos conselhos superiores da UFU, tendo sido aprovada pelo Conselho Universitário em agosto de 2008 (Resolução CONSUN 24/2008). O novo curso de graduação do IEUFU compôs o Plano de Expansão da UFU (2008-2012), aprovado pelo Ministério da Educação dentro do Programa Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, tendo iniciado as suas atividades em março de 2009.

O Instituto de Economia vem, ao longo do tempo, se adequando logística e institucionalmente, para atender os propósitos das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Neste sentido vem aprimorando o CEPES - Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos e Sociais, onde se desenvolvem atividades que, além de possuírem grande interface com as demandas da sociedade, dão suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão. Criado em 1977, o CEPES calcula e divulga, mensalmente, o Índice de Preços ao Consumidor (Uberlândia) e elabora Outros Indicadores Sócio-Econômicos, contidos em Banco de Dados. Com isso, tem se mantido um importante elo com a comunidade local e regional, ao tempo em que se desenvolvem atividades junto a outras Unidades Acadêmicas da própria Universidade, especialmente através de atividades interdisciplinares.

Igualmente, o Instituto conta com cinco Núcleos de Pesquisas, os quais vêm dando suporte às atividades de graduação e pós-graduação e agregam pesquisadores, estudantes em iniciação científica e alunos do Mestrado e do Doutorado, a saber:

Núcleo de Desenvolvimento Econômico; Núcleo de Desenvolvimento Regional e Urbano; Núcleo de Economia Aplicada; Núcleo de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Núcleo de Economia do Trabalho.

Em boa medida, isso também se deve à importante experiência acumulada, em passado recente - 1988 e 1989, através da oferta do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* (Especialização em Planejamento Regional). Essa experiência redundou na oferta regular, desde 1999, do Curso de Pós-graduação *lato sensu* - MBA em Finanças e Planejamento Empresarial, o qual obteve, em 2003, o 9º. lugar entre os MBAs em Finanças oferecidos no Brasil, conforme o reconhecido ranking da Revista Você S/A. O IEUFU mantém viva sua política de publicações: produz e divulga, mensalmente, o Boletim do CEPES e, desde 1984, a Revista Economia-Ensaios. Em virtude da mudança de Estatuto da UFU, em 1999, o então Departamento de Economia adquiriu a forma organizacional atual, de Instituto de Economia.

V - Princípios e Fundamentos

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas toma por base a Resolução CNE 04/07, de 13/07/2007, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas; a Resolução CNE 02/07, de 18/06/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima, procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial; e a Resolução 02/04, do Conselho de Graduação da UFU.

Com efeito, a formação do Bacharel em Ciências Econômicas não pode se desvincular da realidade concreta, com ênfase na realidade brasileira, e para tanto deve propiciar uma formação teórica plural lastreada em conhecimento histórico e instrumental, de modo a tornar possível ao estudante e futuro profissional a compreensão e a solução dos problemas concretos.

Igualmente, o estudante deve ter acesso ao conhecimento das diversas formas de pensar o funcionamento da economia, de modo a não privá-lo do debate real que existe entre distintas correntes, com o que se busca evitar uma única forma de pensar que prejudicaria, no futuro, sua capacidade de reação criativa diante da realidade complexa que o mundo real lhe apresentará, quando então teorias tidas como verdades incontestáveis pouco lhe servirão ou devem ser repensadas.

E, reconhecendo que a formação do Bacharel em Ciências Econômicas deve destacar as relações dos fenômenos econômicos, políticos, sociais, culturais e a

forma de pensá-los segundo os diversos paradigmas teóricos com o contexto em que estão inseridos, busca-se o vínculo das questões econômicas, políticas, sociais e culturais concretas.

E, ainda, sendo a área de Ciências Econômicas inerente ao campo das Ciências Sociais, ela envolve relações humanas e influencia direta e indiretamente a vida das pessoas, o que torna fundamental sua base ética.

Por conta disso, os princípios estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (cf. Resolução CNE 04/07, Art. 2º, § 3º) são considerados e respeitados neste Projeto Pedagógico, a saber:

- Comprometimento com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental.
- Pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural das Ciências Econômicas, formadas por correntes de pensamento e paradigmas diversos.
- Ênfase nas inter-relações e fenômenos econômicos com o todo social em que se insere.
- Ênfase na formação de atitudes, do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social, indispensáveis ao exercício da profissão.

Ademais, também são considerados os princípios definidos pelo Conselho de Graduação da UFU (CONGRAD), em conformidade com o Art. 7º. da Resolução 02/2004, pelos quais se estabelece, como orientação pedagógica para o referido Curso:

- Contextualização e a criticidade dos conhecimentos;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de modo a desenvolver, nos estudantes, atitudes investigativas e instigadoras e sua participação no desenvolvimento do conhecimento e da sociedade como um todo;
- Interdisciplinaridade e articulação entre as atividades que compõem a proposta curricular, evitando-se a pulverização e a fragmentação de conteúdos;
- Flexibilidade curricular com a adoção de diferentes atividades acadêmicas, de modo a favorecer o atendimento às expectativas e interesses dos alunos;
- Rigoroso trato teórico-prático, histórico e metodológico no processo de elaboração e socialização dos conhecimentos;

- A ética como orientadora das ações educativas; e
- O desenvolvimento de uma prática de avaliação qualitativa do aprendizado dos estudantes e uma prática de avaliação sistemática do Projeto Pedagógico do curso de modo a produzir re-significações constantes no trabalho acadêmico.

Tomados por referência para a elaboração deste Projeto Pedagógico, tais princípios estão contidos nos objetivos do curso, que são embasados no perfil do egresso e nas diretrizes para o desenvolvimento metodológico do ensino, assim como na própria estrutura curricular proposta.

VI - Caracterização do egresso

VI.1 - Perfil Profissional

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas tem como base a caracterização do profissional egresso da UFU, definida nas *Orientações Gerais para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação*, UFU/PROGRAD/DIREN, 2.005, bem como na Resolução CNE/CES nº 04/07.

Nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE 04/07, Art. 3º), o Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais. Reza ainda, em seu Parágrafo único, que o Bacharel em Ciências Econômicas deve apresentar um perfil centrado em sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares ao curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial, exigidos os seguintes pressupostos:

- uma base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-social;
- capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;

- capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; e
- domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita.

A par disso, o egresso do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do IEUFU, amparado em uma ampla formação técnico-científica, cultural e humanística, deverá ainda:

- dispor de autonomia intelectual, que o capacite a desenvolver uma visão histórico-social necessária ao exercício de sua profissão, como um profissional crítico, criativo e ético, capaz de compreender e intervir na realidade e transformá-la;
- ser capaz de estabelecer relações solidárias, cooperativas e coletivas; de produzir, sistematizar e socializar conhecimentos e tecnologias; bem como compreender as necessidades dos grupos sociais e comunidades com relação a problemas sócio-econômicos, culturais, políticos e organizativos, além de preocupar-se em conservar o equilíbrio do ambiente; e
- estar preparado para o constante desenvolvimento profissional, que lhe possibilite exercer uma prática de formação continuada e empreender inovações na sua área de atuação.

Com efeito, a formação generalista deve permitir ao profissional acompanhar e vislumbrar tendências e transformações na economia, extraindo suas possíveis implicações para os interesses de governos, empresas e entidades diversas da sociedade civil. Um profissional que deverá ser capaz de compreender os fenômenos econômicos em sua natureza e em suas relações, atuando na orientação e planejamento das ações de agentes públicos e privados, visando o desenvolvimento das atividades econômicas e o encaminhamento de soluções que minimizem os conflitos entre os interesses individuais e sociais.

A formação deste tipo de profissional requer o desenvolvimento de um conjunto de competências e habilidades.

VI.2 - Competências e Habilidades⁵

A implementação de programas e estratégias acadêmicas, o uso da metodologia e de práticas pedagógicas adequadas, o exercício de atividades de pesquisa, de extensão universitária e de outras práticas educacionais no Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas do IEUFU devem propiciar a formação de profissionais com as seguintes competências e habilidades:

Competências

- Capacidade de analisar e agir sobre os fenômenos econômicos;
- Capacidade de identificar oportunidades e riscos associados à interação entre os atores locais e internacionais;
- Capacidade de compreender as transformações da sociedade contemporânea, suas origens históricas, e suas especificidades econômicas, sociais e políticas;
- Capacidade de negociar soluções que minimizem conflitos e potencializem os ganhos para os agentes econômicos;
- Capacidade de planejar ações e tomar decisões que orientem governos, empresas, e entidades da sociedade civil;
- Capacidade de pesquisar e identificar tendências e transformações, nos diversos planos da vida social e econômica;
- Capacidade de trabalhar de forma cooperativa;
- Capacidade de realizar pesquisas de natureza acadêmica.

Habilidades

- Raciocínio lógico/ abstrato;
- Domínio das ferramentas teóricas e quantitativas;
- Identificação de problemas, soluções e oportunidades;
- Cooperação e Negociação;
- Planejamento;
- Interatividade com o meio;
- Criatividade;
- Visão sistêmica;
- Flexibilidade;

⁵ Competências são os conhecimentos, atitudes, capacidades e aptidões que habilitam alguém para vários desempenhos na profissão. As habilidades se ligam a atributos relacionados ao saber-conhecer e saber-fazer.

- Desenvoltura na comunicação oral e escrita.

Tais competências e habilidades estão em sintonia com o estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (cf. Resolução CNE 04/07, Art. 4º):

- desenvolver raciocínios logicamente consistentes;
- ler e compreender textos econômicos;
- elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica;
- utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da ciência econômica;
- utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas;
- utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos; e
- diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.

VI.3 - Campo de Atuação

O campo de atuação do Bacharel em Ciências Econômicas é representado por um amplo leque de possibilidades. A crescente demanda por profissionais capazes de analisar as relações econômicas, relacionadas ao contexto social no qual estão inseridas, considerados seus vários entes, públicos e privados, indica que o Bacharel poderá atuar no setor público, em empresas privadas, instituições internacionais, organizações não-governamentais, consultorias e assessorias a ministérios e ao parlamento, partidos políticos, governos, instituições regionais, nacionais, internacionais e supranacionais. Entre outros, podem ser como campo de atuação profissional:

- **Setor privado** - As inserções profissionais do Economista neste setor são muito diversificadas, desde a atuação no campo da Economia de Empresas e do Mercado Financeiro até no de Comércio Exterior. Entre as atividades que se destacam, estão os estudos de viabilidade econômica, análises de conjuntura, serviços de consultoria e assessoria nos níveis macro e microeconômico, elaboração de projetos para a implantação ou expansão de determinada atividade, identificação de fontes de financiamento e cálculo de índices econômico financeiros.

- **Setor público** - A necessidade de o setor público atuar sempre com a visão macroeconômica concentra boa parte dos economistas nesta área. No setor público o trabalho do economista envolve a análise econômica e se estende, necessariamente, ao impacto social e político de cada uma das políticas/projetos implementados. Cinco áreas merecem destaque: planejamento e formulação de políticas, orçamento, financiamento, análise da conjuntura econômica e assessoria geral. O profissional, além do enfoque econômico específico, trabalha com aspectos qualitativos, tendo em vista a melhoria do padrão de vida da população. A formulação de diretrizes, a análise das conseqüências de cada decisão político-econômica, o planejamento de projetos futuros e o estabelecimento de objetivos e metas de crescimento envolve tanto o curto quanto o longo prazos, podendo gerar, neste último caso, mudanças estruturais nos campos econômico, social, político e mesmo cultural.

- **Ensino e pesquisa** - O egresso do curso Ciências Econômicas está apto a lecionar disciplinas na área econômico-financeira, relativas à grade curricular do curso de graduação. Além disso, poderá dar seqüência a sua formação, em nível de pós-graduação, capacitando-se de forma mais específica para atuar no campo do ensino e da pesquisa. Os cursos de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) já implantados, bem como aqueles que vêm sendo propostos relativamente a áreas que estão em processo de desenvolvimento e consolidação em diversas instituições, públicas e privadas, criam um importante mercado de trabalho.

- **Sociedade Civil e Organizações Não-Governamentais (ONGs)** - na medida em que as atividades econômicas e financeiras se tornam mais complexas, cria-se um importante espaço de trabalho para o bacharel em economia. Partidos políticos, centrais sindicais, entidades empresariais, movimentos sociais etc., demandam um conhecimento técnico especializado. O economista pode atuar em sindicatos, associações, federações, confederações, conselhos e outras entidades, tanto de empregados como de empregadores. Nestes casos, a atividade do profissional de economia, na maioria das vezes, vai estabelecer a orientação econômica da instituição e a constituição de bancos de dados que disponibilizem informações estratégicas para as mesmas.

- **Outros campos** - A atuação profissional do economista também inclui as atividades de Perícia Judicial e de Auditoria Econômico-Financeira. Além disso, a evolução e a abrangência das questões econômicas vêm criando novas áreas de trabalho, entre as quais se destacam a Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, ou Economia Ecológica, a Consultoria em Fusão, Aquisição e Incorporação

de Empresas, e a Arbitragem. Nestes dois últimos exemplos destaca-se a atividade de avaliação e valoração de bens e serviços, especialidade própria do economista.

Observe-se, ademais, que uma vê registrado no Conselho Regional de Economia, condição para o exercício profissional de economista, o mesmo encontra amparo legal assumir atribuições estabelecidas na *Consolidação da Legislação Profissional do Economista*.

VII - Objetivos do Curso

O Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas oferecido pelo IEUFU tem como objetivo a formação de profissionais capazes de compreender e atuar sobre os fenômenos econômicos nas áreas de planejamento, políticas de desenvolvimento, decisões de investimento e aplicações financeiras, elaboração de indicadores e análise de conjuntura, exame de tendências e construção de cenários econômicos, nos mais variados setores da economia, como organismos governamentais, empresas privadas, instituições de ensino e pesquisa e entidades de classe.

O Curso assume como tarefa-chave o desenvolvimento junto aos discentes de competências e habilidades que lhes permitam atuar em diversas áreas da Economia e exercer funções analíticas e executoras nas organizações, instituições, entidades e empresas, inter-governamentais e não-governamentais, locais, regionais, nacionais e internacionais, agora expandidas em virtude da globalização e da integração regional, mesmo quando voltadas para a maior identificação do Brasil, dos seus órgãos públicos e da sua sociedade, com as políticas e estratégias nacionais e internacionais e os processos globais e regionais.

O Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas assume como objetivos específicos:

- preparar profissionais que, ao exercerem cada um a sua função específica, sejam capazes de desempenhar o papel de agentes, intermediários e interlocutores entre instituições e empresas locais, regionais nacionais e suas contrapartes homólogas no exterior, servir de agentes e executores de políticas, programas, projetos e intercâmbios;

- formar representantes de instituições e de empresas que, ao cuidarem das relações econômicas, tratarão com competência de uma vasta gama de questões de índole local, regional, nacional e internacional, como políticas públicas regionais, nacionais e internacionais, atuação de organizações nacionais e internacionais,

economia regional e internacional, negociações, foros e encontros internacionais, negócios e comércio exterior;

- preparar profissionais capazes de desenvolver programas de pesquisa, atividades de extensão universitária, projetos de formação continuada e eventos intra e extra-institucionais;

- formar profissionais capazes de interagir, por meio de intercâmbios acadêmicos e convênios institucionais, com estabelecimentos de ensino superior, organismos governamentais e organizações nacionais e internacionais, a fim de buscar permanentemente seu aperfeiçoamento profissional.

VIII - Estrutura Curricular

O Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas do IEUFU obedece a regime acadêmico seriado semestral ⁶, e a sua estrutura curricular está organizada por meio dos seguintes componentes curriculares: Disciplinas, Monografia de Conclusão de Curso e Atividades Acadêmicas Complementares, atendendo ao disposto no Art. 8º da Resolução CONGRAD nº. 02/2004. Igualmente, atende o que dispõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (cf. Resolução CNE 04/07, Art. 5º), as quais destacam que “os cursos de graduação em Ciências Econômicas deverão contemplar, em seus Projetos Pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a economia, utilizando tecnologias inovadoras”.

Os conteúdos curriculares devem atender aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Geral, que têm por objetivo introduzir o aluno ao conhecimento da ciência econômica e de outras ciências sociais, abrangendo também aspectos da filosofia e da ética (geral e profissional), da sociologia, da ciência política e dos estudos básicos e propedêuticos da administração, do direito, da contabilidade, da matemática e da estatística econômica;

II - Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa, que se direcionam à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados da matemática, da estatística, da econometria, da contabilidade social,

⁶ As **Normas de Matrícula e de Avaliação de Desempenho Escolar** encontram-se em Anexo.

da macroeconomia, da microeconomia, da economia internacional, da economia política, da economia do setor público, da economia monetária e do desenvolvimento socioeconômico;

III - Conteúdos de Formação Histórica, que possibilitem ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, englobando a história do pensamento econômico, a história econômica geral, a formação econômica do Brasil e a economia brasileira contemporânea; e

IV - Conteúdos Teórico-Práticos, abordando questões práticas necessárias à preparação do graduando, compatíveis com o perfil desejado do formando, incluindo Atividades Complementares, Monografia, Técnicas de Pesquisa em Economia e, se for o caso, estágio curricular supervisionado.

Ainda segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Ciências Econômicas, os conteúdos de Formação Geral, de Formação Teórico-Quantitativa, de Formação Histórica e Trabalho de Curso devem ter assegurado, no mínimo, o percentual de 50% da carga horária total do curso, a ser distribuído da seguinte forma:

- 10% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Geral;
- 20% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa;
- 10% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Histórica;
- 10% da carga horária total do curso envolvendo atividades acadêmicas de formação em Metodologia e Técnicas da Pesquisa em Economia e Trabalho de Curso.

Assim, uma vez assegurados os percentuais aludidos pelas Diretrizes, as Instituições de Educação Superior gozam de liberdade para utilizar os outros 50% da carga horária dos cursos segundo seus projetos pedagógicos, paradigmas teóricos preferenciais e peculiaridades regionais.

A definição dos conteúdos curriculares nas Diretrizes, bem como de sua respectiva carga horária em termos percentuais mínimos, está diretamente relacionada ao cumprimento dos Princípios Básicos e ao Perfil desejado do Formando. Com efeito, a estrutura curricular do Curso de Graduação- Bacharelado em Ciências Econômicas do IEUFU contempla o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Um diferencial da estrutura curricular está na inclusão de disciplinas de Laboratório de Pesquisa em Economia. Em uma sequência de quatro, a partir do 4º

Período, têm a função curricular de, paralelamente, desenvolver e ou aprimorar técnicas de análise e simulações, teorias e metodologias de ensino e pesquisa, bem como de antecipar práticas inerentes ao perfil profissional pretendido, garantindo assim a indissociabilidade entre teoria e prática, ao tempo em que se fomenta a gradativa autonomia dos alunos em relação à construção de seu conhecimento. Trata-se de uma experiência inovadora, na medida em que busca desenvolver temas de Economia recorrendo a transversalidade dos conteúdos curriculares, oferecendo oportunidade para um melhor desenvolvimento das habilidades e competências requeridas pelo perfil profissional.

O Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas inclui, como componente curricular obrigatório, a Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) ⁷, orientada, preferencialmente, por docente lotado nas Unidades Acadêmicas envolvidas, e deve ser avaliada por banca examinadora constituída especificamente para esse fim. Por conta disso, a estrutura curricular contempla a disciplina Técnicas de Pesquisa em Economia - Projeto de Monografia, no 6º Período, e os componentes curriculares Monografia I e Monografia II, respectivamente nos 7º e 8º Períodos.

A estrutura curricular é composta por um conjunto de disciplinas seriadas e ordenadas nos termos supra-citados, e discriminadas conforme sua categoria: obrigatórias, consideradas indispensáveis para a formação do profissional; optativas, que compõem um leque de opções para escolha do aluno; e facultativas, que a critério do graduando venham a complementar a sua formação, ouvido o Colegiado do Curso acerca da carga horária que poderá ser aproveitada para a integralização curricular.

Como se sabe, a formação do Bacharel em Ciências Econômicas envolve a construção de um conjunto de competências e habilidades, conforme definido no perfil profissional pretendido, a qual se expressa por meio de disciplinas e atividades previstas em sua estrutura curricular. Assim, a construção das competências e habilidades do graduando em Ciências Econômicas se dá a partir da integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tais dimensões podem ser complementadas por meio de Atividades Acadêmicas Complementares previstas neste Projeto, como componentes obrigatórios para a integralização curricular. ⁸

⁷ O **Regulamento para Monografia** é apresentado em Anexo.

⁸ As **Normas para as Atividades Acadêmicas Complementares** são apresentadas em Anexo.

Considerada a experiência bem sucedida do Curso oferecido pelo IEUFU, considerados os contornos do perfil profissional; identificados o mapa de habilidades e competências e os parâmetros estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, a estrutura curricular para o Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas do IEUFU é a que segue:

Unidade Acadêmica	Componentes Curriculares	Carga Horária		Núcleo	Categoria	Pré-requisito
		T	P			
1º Período						
FAMAT	Matemática I	90	-	Geral	Obrigatória	-
IEUFU	Introdução à Economia	60	-	Geral	Obrigatória	-
IEUFU	Economia e Ética	60	-	Geral	Obrigatória	-
FAFCS	Evolução das Idéias Sociais	60	-	Geral	Obrigatória	-
FAFCS	Ciência Política	60	-	Geral	Obrigatória	-
FACIC	Contabilidade e Análise de Balanços	60	-	Geral	Obrigatória	-
Total - Período		390				
2º Período						
FAMAT	Matemática II	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	História do Pensamento Econômico	60	-	Histórica	Obrigatória	-
INHIS	História Econômica Geral	60	-	Histórica	Obrigatória	-
IEUFU	Microeconomia I	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Economia Marxista I	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Contabilidade Social	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
FAGEN	Matemática Financeira e Análise de Investimentos	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
Total - Período		420				
3º Período						
IEUFU	Introdução à Estatística Econômica	60	-	Geral	Obrigatória	-
IEUFU	Microeconomia II	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Macroeconomia I	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Formação Econômica do Brasil	60	-	Histórica	Obrigatória	-
IEUFU	Análise e Elaboração de Projetos I	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Economia Marxista II	30	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
FADIR	Instituições de Direito	60	-	Geral	Obrigatória	-
Total - Período		390				
4º Período						
IEUFU	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Economia Industrial I	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Macroeconomia II	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Economia Brasileira Contemporânea I	60	-	Histórica	Obrigatória	-
IEUFU	Macrodinâmica I	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Relações Econômicas Internacionais I	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Laboratório de Pesquisa em Economia I	-	30	TP-Monografia	Obrigatória	-
Total - Período		390				

5º Período						
IEUFU	Econometria	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Economia Industrial II	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Macroeconomia Moderna	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Economia Brasileira Contemporânea II	60	-	Histórica	Obrigatória	-
IEUFU	Economia Monetária	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Relações Econômicas Internacionais II	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Laboratório de Pesquisa em Economia II	-	30	TP-Monografia	Obrigatória	-
Total - Período		390				
6º Período						
IEUFU	Economia Internacional	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Economia Brasileira Contemporânea III	30	-	Histórica	Obrigatória	-
IEUFU	Economia Monetária e Financeira	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Economia de Empresas I	30	-	Geral	Obrigatória	-
IEUFU	Técnicas de Pesquisa em Economia (Projeto de Monografia)	60	30	TP-Monografia	Obrigatória	-
	Optativa (s)	60	-		Optativa	-
IEUFU	Laboratório de Pesquisa em Economia III	-	30	TP-Monografia	Obrigatória	-
Total - Período		360				
7º Período						
IEUFU	Economia do Setor Público	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Planejamento e Política Econômica Brasileira	60	-		Obrigatória	-
IEUFU	Economia Agrária I	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Economia Regional e Urbana I	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Optativa (s)	60	-		Optativa	-
IEUFU	Monografia I	15	45	TP-Monografia	Obrigatória	Técnicas de Pesquisa em Economia
IEUFU	Laboratório de Pesquisa em Economia IV	-	30	TP-Monografia	Obrigatória	-
Total - Período		390				
8º Período						
IEUFU	Desenvolvimento Sócio-Econômico	60	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Economia Política do Desenvolvimento da América Latina	30	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Economia do Meio Ambiente	30	-	TQ-Profissional	Obrigatória	-
	Optativa (s)	120	-		Optativa	-
IEUFU	Monografia II	15	45	TP-Monografia	Obrigatória	Monografia I
Total - Período		300				

Atividades Acadêmicas Complementares						
	Total - AAC	240		TP-Complementar	Obrigatória	-

Curso		
Total	3.270	

Os componentes curriculares estão reunidos funcionalmente em Núcleos, a saber:

- Núcleo de Formação Geral
- Núcleo de Formação Teórico-Quantitativa (Profissional)
- Núcleo de Formação Histórica
- Núcleo de Formação Teórico-Prática - Monografia de Conclusão de Curso
- Núcleo de Formação Teórico-Prática Complementar.

Núcleo de Formação Geral		
Unidade Acadêmica	Disciplinas Obrigatórias	Carga Horária
FAMAT	Matemática I	90
IEUFU	Introdução à Economia	60
IEUFU	Economia e Ética	60
FAFCS	Evolução das Idéias Sociais	60
FAFCS	Ciência Política	60
FACIC	Contabilidade e Análise de Balanços	60
IEUFU	Economia de Empresas I	30
IEUFU	Introdução à Estatística Econômica	60
FADIR	Instituições de Direito	60
Total		540

Núcleo de Formação Teórico-Quantitativa (Profissional)		
Unidade Acadêmica	Disciplinas Obrigatórias	Carga Horária
FAMAT	Matemática II	60
FAGEN	Matemática Financeira e Análise de Investimentos	60
IEUFU	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	60
IEUFU	Microeconomia I	60
IEUFU	Microeconomia II	60
IEUFU	Contabilidade Social	60
IEUFU	Economia Marxista I	60
IEUFU	Economia Marxista II	30
IEUFU	Macroeconomia I	60
IEUFU	Macroeconomia II	60
IEUFU	Macroeconomia Moderna	60
IEUFU	Macrodinâmica I	60
IEUFU	Relações Econômicas Internacionais I	60
IEUFU	Relações Econômicas Internacionais II	60
IEUFU	Análise e Elaboração de Projetos I	60
IEUFU	Economia Industrial I	60
IEUFU	Economia Industrial II	60
IEUFU	Econometria	60
IEUFU	Economia Monetária	60
IEUFU	Economia Monetária e Financeira	60
IEUFU	Economia Internacional	60
IEUFU	Economia Agrária I	60
IEUFU	Economia do Setor Público	60
IEUFU	Desenvolvimento Sócio-Econômico	60
IEUFU	Economia Regional e Urbana I	60
IEUFU	Economia do Meio Ambiente	30
IEUFU	Economia Política do Desenvolvimento da América Latina	30
Total		1.530

Núcleo de Formação Histórica		
Unidade Acadêmica	Disciplinas Obrigatórias	Carga Horária
IEUFU	História do Pensamento Econômico	60
INHIS	História Econômica Geral	60
IEUFU	Formação Econômica do Brasil	60
IEUFU	Economia Brasileira Contemporânea I	60
IEUFU	Economia Brasileira Contemporânea II	60
IEUFU	Economia Brasileira Contemporânea III	30
IEUFU	Planejamento e Política Econômica Brasileira	60
Total		390

Núcleo de Formação Teórico-Prática (Monografia de Conclusão de Curso)		
Unidade Acadêmica	Componentes Curriculares Obrigatórios	Carga Horária
IEUFU	Laboratório de Pesquisa em Economia I	30 práticas
IEUFU	Laboratório de Pesquisa em Economia II	30 práticas
IEUFU	Laboratório de Pesquisa em Economia III	30 práticas
IEUFU	Laboratório de Pesquisa em Economia IV	30 práticas
IEUFU	Técnicas de Pesquisa em Economia (Projeto de Monografia)	90 ----- 60 teóricas 30 práticas
	Monografia I	60 ----- 15 teóricas 45 práticas
IEUFU	Monografia II	60 ----- 15 teóricas 45 práticas
Total		330

Núcleo de Formação Teórico-Prática Complementar	
DE ENSINO	
Disciplina em outro Curso da UFU	
Disciplina em Curso de outra instituição de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional, desde que em Curso oficialmente reconhecido	
Monitoria	
Participação em Projeto PIBEG - Programa Institucional de Bolsas do Ensino de Graduação	
Estágio não obrigatório	
DE PESQUISA	
Participação em Projeto de Pesquisa	
Participação em Projeto de Iniciação Científica	
Participação no PET - Programa de Educação Tutorial	
Livro, Capítulo de livro ou Artigo (Revista Acadêmica) em publicação com corpo editorial	
Publicação de Trabalho Completo em Anais de Evento Acadêmico	
Publicação de Resumo em Anais de Evento Acadêmico	
Apresentação de Trabalho Completo em Evento Acadêmico	
Apresentação de Comunicação em Evento Acadêmico	
Publicação de artigo em jornal, revista ou periódico não acadêmico	
DE EXTENSÃO	
Participação em Atividades da Assessoria em órgãos da UFU	
Participação em Projeto de Extensão	
Participação em Programa de Governo	
Participação em Projeto PEIC - Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade	
Participação em outro Programa da UFU em relação com a comunidade	
Participação (como ouvinte) em Seminário, Simpósio, Congresso, Conferência, Mini-curso e Palestra	
Curso de Extensão	
DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL	
Membro de Conselho Superior da UFU	
Membro do Conselho do Instituto de Economia	
Membro do Colegiado do Curso	
Presidente do Diretório Central dos Estudantes	
Membro do Diretório Central dos Estudantes	
Presidente do Diretório Acadêmico	
Membro do Diretório Acadêmico	
Membro da Diretoria da Empresa Júnior	
Membro de Comissão Interna ao IEUFU ou ao Colegiado do Curso	
Total AAC	240

Unidade Acadêmica	Disciplinas Optativas	Carga Horária
IEUFU	Finanças Internacionais	60
IEUFU	Economia Agrária II	60
IEUFU	Estado e Economia	60
IEUFU	Políticas Públicas Setoriais	60
IEUFU	Economia da Tecnologia	60
IEUFU	Economia do Trabalho	60
IEUFU	Economia de Empresas II	30
IEUFU	Economia Marxista III	60
IEUFU	Economia Institucional	60
IEUFU	Economia Solidária e Cooperativismo	60
IEUFU	Tópicos em Econometria	60
IEUFU	Tópicos em Economia Matemática	60
IEUFU	Tópicos em Microeconomia	30
IEUFU	Tópicos em Macroeconomia	30
IEUFU	Macrodinâmica II	30
IEUFU	Finanças Públicas Subnacionais	60
IEUFU	Economia Regional e Urbana II	60
IEUFU	Dinâmicas Territoriais	30
IEUFU	Tópicos em Mercados Financeiros	60
IEUFU	Gestão de Projetos	30
IEUFU	Regulação e Antitruste	30
IEUFU	Análise e Elaboração de Projetos II	60
IEUFU	Teoria dos Jogos	30
IEUFU	Economia Pós-keynesiana	60
IEUFU	Tópicos em Estratégias Empresariais Internacionais	60
IEUFU	Economia e Organizações Internacionais	60
IEUFU	Instituições Econômicas e Políticas Internacionais	60
IEUFU	Integração e Blocos Econômicos Internacionais	60
IEUFU	Economia Política Internacional	60
IEUFU	Tópicos em Economia Política Internacional	60
IEUFU	Tópicos em Desenvolvimento e Sustentabilidade	60
IEUFU	Tópicos em Economia Política	30
IEUFU	Tópicos em Economia Política do Desenvolvimento da América Latina	30
FAGEN	Teoria das Organizações	60
IGUFU	Organização do Espaço Mundial	60
FACED	LIBRAS	60

A síntese da carga horária do Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas do IEUFU é a seguinte:

Núcleos de Formação	Carga Horária	Percentual
Geral	540	16,5
Teórico-Quantitativa (Profissional)	1.530	46,7
Histórica	390	12,0
Teórico-Prática Monografia de Conclusão de Curso	330	10,0
Teórico-Prática Complementar	240	7,4
Disciplinas Optativas	240	7,4
Total	3.270	100

Por outra perspectiva, evidencia-se uma dimensão do caráter de flexibilidade proposto ao currículo:

Componentes Curriculares	Carga Horária	Percentual
Obrigatórios	2.760	85
de Escolha: Optativas e Atividades Acadêmicas Complementares	480	15

Na sequência, é apresentado o **Ementário**⁹ das disciplinas obrigatórias e dos componentes curriculares correspondentes a Monografia (por Período) e das disciplinas optativas - **dentre as quais serão obrigatoriamente cursadas 240 horas, a partir do 6º Período.**

⁹ A **Bibliografia** e demais informações são apresentadas nas **Fichas das Disciplinas** e nas **Fichas de TCC**, em Anexo.

EMENTÁRIO

Disciplinas e Componentes Obrigatórios

1º Período

Matemática I (60 h)

Matrizes e Sistemas Lineares. Funções Reais de Uma Variável Real: Funções, Limite e continuidade, Derivada, Aplicações à Economia. Funções Reais de Duas ou Mais Variáveis Reais: Funções, Limite e Continuidade, Derivadas, Aplicações à Economia.

Introdução à Economia (60 h)

Conceitos fundamentais de economia. Evolução do pensamento econômico e o fluxo circular da renda. Microeconomia, em suas várias correntes. Macroeconomia: produto, renda e dispêndio. Moeda, inflação e sistema financeiro. Economia Internacional e a globalização econômica. O desenvolvimento econômico.

Economia e Ética (60 h)

A Ética em sua Perspectiva História. Adam Smith: Moralista e Pai da Economia Política. Ética, Ética Econômica e Economia Normativa. Racionalidade, Ética e os Limites da Teoria Econômica Positiva. Racionalidade, Auto-Interesse e Valores: As Relações entre Ética e Eficiência. Eficiência, Ética e Justiça. Elementos para uma Ética Não-Ultilitarista.

Evolução das Idéias Sociais (60 h)

As concepções clássicas grega e medieval em torno da relação Estado-Sociedade Civil-Família. A instituição histórica e discursiva daqueles que serão os níveis básicos de sociabilidade das sociedades modernas. A concepção católica medieval de justiça. As questões da usura e do preço-justo. A autonomização do discurso político em Maquiavel. A concepção de Estado e Sociedade em Hobbes. O advento do liberalismo de Locke e o Iluminismo francês. A Crítica Rousseniana à sociedade moderna.

Ciência Política (60 h)

Política, poder e dominação. O Estado moderno, constitucionalismo e burocracia. Sistemas de governo (parlamentarismo e presidencialismo). Representação política (partidos políticos, sistemas partidários e sistemas eleitorais). Totalitarismo, ditadura e democracia.

Contabilidade e Análise de Balanços (60 h)

A Contabilidade. O Patrimônio. A Contabilidade por Balanços Sucessivos. Procedimentos Contábeis Básicos. Variações do Patrimônio Líquido. Regimes Contábeis. Operações Contábeis Diversas. Demonstrações Contábeis (Financeiras). Análise das Demonstrações Contábeis/Financeiras.

2º Período

Matemática II (90 h)

Integrais de Funções Reais de Uma Variável Real. Equações Diferenciais Ordinárias de Primeira Ordem. Equações Diferenciais Ordinárias de Segunda Ordem. Equações de Diferenças de Primeira Ordem. Equações de Diferenças de Segunda Ordem.

História do Pensamento Econômico (60 h)

O mercantilismo como discurso histórico e político da etapa do Capitalismo caracterizado pelo processo especificamente mercantil de valorização. A Fisiocracia e a sua apreciação teórica do processo do excedente no processo produtivo, estruturada em termos capitalistas. A Revolução Industrial na Inglaterra e o desenvolvimento da Economia Política. A teoria de desenvolvimento econômico de Adam Smith. A teoria do valor, dos preços, da distribuição e da acumulação de capital em Adam Smith. A teoria do valor-utilidade e a lei dos mercados de Jean-Baptiste Say. A teoria da superprodução de Malthus. A Lei de Tendência à queda da taxa de lucro de Ricardo, no modelo 1815. A teoria do valor, distribuição e acumulação nos "Princípios" de David Ricardo.

História Econômica Geral (60 h)

Conceitos em História Econômica. As formações econômicas pré-capitalistas. Transição do feudalismo para o capitalismo. A revolução industrial inglesa. O assalariamento como forma de aparecimento do trabalho no capitalismo. A evolução da relação Trabalho x Capital. A luta de classes e o desenvolvimento das forças produtivas. Formas de luta de classe trabalhadora.

Microeconomia I (60 h)

Bases históricas da Análise Microeconômica; Teorias de Escolha do Consumidor e de Demanda; Teoria da Produção e Análise dos Custos; Mercados Competitivos.

Economia Marxista I (60 h)

Introdução ao pensamento de Karl Marx. Valor, dinheiro e capital. Processo de trabalho e processo de valorização. Gênese e desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Reprodução e acumulação capitalista.

Contabilidade Social (60 h)

A questão de análise, interpretação e mensuração da atividade econômica nacional. Conceitos de produto, renda, despesa agregada, consumo intermediário, valor bruto da produção e valor agregado. Fluxo circular da renda. Sistema de Contas Nacionais. Problemas de mensuração das Contas Nacionais. O Sistema de Contas Nacionais do Brasil. A Matriz de Insumo-Produto. O Balanço de Pagamentos. Moeda e Sistema Monetário. Indicadores Sociais e números índices.

Matemática Financeira e Análise de Investimentos (60 h)

Juros simples e compostos. Formas de descontos dos vários títulos. Sistemas de amortização de financiamentos. Critérios de avaliação econômica. Inflação e taxas de juros. Tributos e custos de financiamentos. Técnicas de análise de investimentos. Relação entre as técnicas de análise de investimentos. Críticas às técnicas de análise de investimentos.

3º Período

Introdução à Estatística Econômica (60 h)

O papel da estatística. Estatística descritiva: distribuições de freqüências, medidas de tendência central, medidas de dispersão, princípios da probabilidade, distribuições de probabilidade. Inferência estatística: distribuições amostrais, intervalos de confiança, testes de hipóteses e números índices.

Microeconomia I (60 h)

Modelos de Concorrência Imperfeita. Estrutura de Monopólio e de Monopsônio. Concorrência Monopolista. Oligopólio: Modelo de Cournot, Stackelberg e Bertrand. Teoria dos jogos e aplicações aos modelos de Oligopólio. Mercado de Fatores de Produção. Equilíbrio Geral e Eficiência nas Trocas. Externalidades. Bens Públicos. Informação Assimétrica.

Macroeconomia I (60 h)

Keynes e a Teoria Econômica Clássica. Demanda Efetiva e determinantes do emprego e da produção. Propensão a Consumir e Multiplicador. Decisões de Investimento: Expectativas, Eficiência Marginal do Capital, Juro e Dinheiro. *Teoria Geral* e Instabilidade do Capitalismo.

Formação Econômica do Brasil (60 h)

Economia colonial (1500 a 1808); A formação do estado nacional (1750-1822); Expansão e crise da economia escravista (1822-1888); A formação do capital industrial (1888-1930).

Análise e Elaboração de Projetos I (60 h)

Análise de mercado; localização e escala; quadros financeiros do projeto; decisão quanto à viabilidade.

Economia Marxista II (30 h)

Metamorfoses, ciclos e rotação do capital. Reprodução e circulação do capital social total. Lucro e mais-valia. Lucro médio. Lei de tendência à queda da taxa de lucro.

Instituições de Direito (60 h)

Noções Preliminares de Direito. Ramos do Direito: Direito Público e Direito Privado. Relação do Direito com as Ciências, Sociedade, Estado e Justiça. Normas de Conduta Social. Norma Jurídica. Fontes do Direito. Técnica Jurídica. Direito e Economia.

4º Período

Estatística Econômica e Introdução à Econometria (60 h)

A natureza da análise de regressão. Análise de regressão de duas variáveis: conceitos básicos (Modelo Clássico de Regressão Linear), Análise de Regressão Múltipla: Estimativa e Inferência. MQO Assintótico. Problemas. Problemas Adicionais. Regressão Múltipla com Informações Qualitativas: variáveis binárias. Relaxando as hipótese do Modelo Clássico: multicolinearidade e micronumerosidade, heteroscedasticidade e autocorrelação. Análise de Regressão com Dados de Séries Temporais (Introdução).

Economia Industrial I (60 h)

Conceitos Básicos: Empresa, Indústria, Mercados, Economias de Escala, Economias de Escopo; Análise Estrutural dos Mercados: Concentração Industrial, Formação de Preços, Barreiras à Entrada; Estrutura de Mercado e Inovação; Concorrência Schumpeteriana.

Macroeconomia II (60 h)

Mercado de Bens e Mercado Financeiro; Modelo IS-LM e Demanda Agregada; Mercado de Trabalho e Oferta Agregada; Modelos Oferta Agregada/Demanda Agregada; Inflação e Desemprego; Expectativas, Mercados Financeiros/Consumo e Investimento/Flutuações do Produto; Teorias do Ciclo de Negócios.

Economia Brasileira Contemporânea I (60 h)

A formação do capital industrial (1888-1929). As vertentes explicativas das origens do processo de industrialização brasileiro. Estado, economia e industrialização no primeiro Governo Vargas (1930-1945). O Governo Dutra (1946-1951). O segundo Governo Vargas (1951-1954). O "Plano de Metas" e a expansão econômica acelerada do período JK (1956-1961). A desaceleração do crescimento econômico e o processo inflacionário (1961-1964). Reformas estruturais de 1964-67. Alterações na estrutura de financiamento e no aparato público de coordenação e regulação econômicas.

Macrodinâmica I (60 h)

Fundamentos da Macrodinâmica Sem Equilíbrio; Modelos de Crescimento Tradicionais e a Crítica Neoclássica; A Macrodinâmica de Kalecki; Modelos Neo-Keynesianos de Ciclo Econômico; Elementos da Teoria Schumpeteriana e seus Desdobramentos.

Relações Econômicas Internacionais I (60 h)

A hegemonia inglesa: a industrialização como fator de desenvolvimento, o surgimento do capitalismo industrial; a revolução industrial inglesa (industrialização leve e a industrialização pesada, os momentos de crise). As industrializações retardatárias: características; o caso alemão; o caso norte-americano; a industrialização russa. A monopolização do capital: a concentração e centralização do capital, os cartéis e os trustes; o surgimento do capital financeiro. O neo-colonialismo e o período entre-guerras: as rivalidades imperialistas e a Primeira Guerra Mundial; as leituras sobre o imperialismo; o período entre-guerras e a evolução das principais economias capitalistas; a crise de 29 e seus reflexos na economia mundial; a disputa pela hegemonia mundial e a mudança do centro hegemônico da Inglaterra para os Estados Unidos. O sistema monetário internacional: o padrão ouro, os problemas da libra, do franco e do dólar; o colapso da libra e do sistema monetário internacional; a reforma de Bretton Woods. A hegemonia norte-americana: o movimento de industrialização nas economias centrais no pós-guerra; a lógica da grande corporação; a atuação política da grande corporação multinacional.

Laboratório de Pesquisa em Economia I (30 h)

Técnicas de Análise e Simulações: Praticar o "pensar" em Economia e trabalhar o instrumental analítico disponível a partir do tratamento transversal de conteúdos teórico-quantitativos.

5º Período

Econometria (60 h)

Análise de regressão com dados de séries temporais. Agrupamento de cortes transversais ao longo do tempo: métodos simples de dados de painel. Métodos avançados de dados de painel. Estimacão de variáveis instrumentais e mínimos quadrados de dois estágios. Modelos de equações simultâneas. Modelos com variáveis dependentes limitadas e correções da seleção amostral.

Economia Industrial II (60 h)

Estrutura-conduta-desempenho; teoria dos custos de transação; neo-schumpeterianos; política anti-truste; regulação de infra-estrutura.

Macroeconomia Moderna (60 h)

Parte I: Os Dados do Crescimento Econômico, Modelo Neoclássico de Crescimento Econômico; Novas Teorias do Crescimento Econômico; Debate sobre Convergência e *Growth Account*. O Balanço de Pagamentos, Taxas de Câmbio e Regimes Cambiais; Paridade Poder de Compra e Paridade da Taxa de Juros; Abertura dos Mercados de Bens e Financeiro; O Modelo IS-LM-BP. Tópicos em Política Monetária e Política Fiscal.

Parte II: O modelo clássico e a crítica de Keynes (revisão); Keynes e o conceito de Preço de Oferta e Preço de Demanda - Redefinição dos determinantes do Investimento; Taxa de juros e mercado monetário; Keynes e o financiamento do Investimento - a discussão da relação finance-funding; Keynes, política Monetária, fiscal e política de Renda; Keynes e os ciclos; Os pós-keynesianos, o destaque às questões financeiras e os limites das políticas macroeconômicas definição de políticas macroeconômicas.

Economia Brasileira Contemporânea II (60 h)

Antecedentes - as reformas do período 1964-67; A retomada do crescimento nos anos 1967-73; Crise econômica internacional e opção pelo crescimento (II PND); A crise econômica brasileira e os limites estruturais ao crescimento econômico (1980-1984); Os programas de estabilização da segunda metade dos anos 80; O Plano Collor e as transformações estruturais na economia brasileira; O Plano Real e o primeiro governo FHC - reafirmação e recrudescimento das transformações estruturais (1994-1998).

Economia Monetária (60 h)

Moeda, Sistema Bancário e Política Monetária. Teoria Monetária: as diferentes visões.

Relações Econômicas Internacionais II (60 h)

Condições da Economia Mundial após a Segunda Guerra. As mudanças na estrutura produtiva industrial e na divisão internacional do trabalho. A internacionalização do Capital: O Sistema de empresas "Multinacionais". Evolução do Sistema Monetário e Financeiro Internacional desde Bretton-Woods. O "euromercado" e a transnacionalização do capital bancário. A crise financeira internacional e os programas de ajuste. O endividamento externo dos países do Terceiro Mundo. As transformações estruturais no final do século XX.

Laboratório de Pesquisa em Economia II (30 h)

Métodos Quantitativos Aplicados à Economia, a partir do tratamento transversal de conteúdos teórico-quantitativos.

6º Período

Economia Internacional (60 h)

Teorias do Comércio Internacional: vantagens absolutas e vantagens comparativas; o modelo de dotação de fatores; economias de escala, concorrência imperfeita e fluxos de comércio; Tecnologia, investimento direto externo e comércio internacional; Empresas Transnacionais e comércio internacional; Regulação e instituições multilaterais de comércio internacional; Proteção e Política Comercial; Integração Econômica. Aplicações.

Economia Brasileira Contemporânea III (30h)

A configuração do novo padrão de desenvolvimento nos anos 1990. Os determinantes da crise da âncora cambial. Câmbio Flutuante e Metas Inflacionárias. A inserção econômica externa brasileira nos anos 2000. Reflexos da internacionalização da estrutura produtiva e da especialização regressiva sobre a capacidade de crescimento econômica e sobre as contas externas. Finanças Públicas no Brasil nos anos 2000: acordo com FMI, superávit primário e comportamento da dívida pública. Perspectivas de crescimento e desenvolvimento econômico.

Economia Monetária e Financeira (60h)

Conceitos Gerais e instrumentos: Balanço de Pagamentos: Componentes e contabilização; Câmbio: Mercados de câmbio e determinação do câmbio; Relação entre Balanço de Pagamentos, Banco Central, Câmbio e Dívida Pública; Risco País e Risco Soberano e sua relação com a determinação de juros e câmbio. Inovações financeiras dos anos 1980 e 1990: processo de securitização, mercado de derivativos e ascensão dos investidores institucionais; Impactos da nova institucionalidade sobre os balanços de pagamentos, juros e câmbio e possibilidade de efetuar políticas macroeconômicas.

Economia de Empresas I (30h)

Análise Estrutural das Indústrias; Recursos, Capacidades e Competências Essenciais; Estratégias Empresariais.

Técnicas de Pesquisa em Economia (90h)

Metodologia em Ciências Econômicas: a Economia enquanto ciência. Metodologia Científica: visões e caminhos na Economia. Técnicas de Pesquisa e o Projeto de Monografia: o processo de pesquisa, o projeto de pesquisa, técnicas e procedimentos de Pesquisa. O trabalho científico: a monografia - normas de apresentação, elaboração e apresentação dos projetos de monografia.

Laboratório de Pesquisa em Economia III (30 h)

Estratégias e Finanças Empresariais, a partir do tratamento transversal de conteúdos teórico-quantitativos em torno de Estudos de caso que reflitam tendências relevantes na atualidade econômica nacional e internacional.

7º Período

Economia do Setor Público (60 h)

O papel do Estado nas economias capitalistas: uma abordagem introdutória. O caso do Brasil. Orçamento público; Finanças públicas: tributação e dívida pública; Dívida pública, déficit e crise; fiscal. Reformas em processo; O sistema federativo brasileiro.

Planejamento e Política Econômica Brasileira (60h)

Estado, Economia e Planejamento. Dilemas da Política Econômica. Crise do Planejamento Econômico no Brasil: antecedentes, condicionantes estruturais e conjunturais. Os limites do PPA enquanto instrumento de planejamento econômico. Análise de políticas setoriais e o papel dessas políticas como instrumentos de planejamento voltados para o desenvolvimento econômico e social: Política agrícola; Política industrial e Tecnológica; Infra-Estrutura: Marco Regulatório e Parcerias Público Privada; Políticas Sociais, Previdência Social e de Políticas de Redistribuição de Rendas; Política Regional.

Economia Agrária I (60h)

Arcabouço teórico das especificidades da agricultura: preço e renda da terra na agricultura (progresso técnico e a produtividade na agricultura). “Vias” de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. A Questão Agrária no Brasil. Modernização e industrialização da agricultura brasileira: a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIS). A agricultura familiar.

Economia Regional e Urbana I (60h)

Definições preliminares e breve recuperação das teorias econômicas acerca do espaço regional e urbano; Formação econômica regional e urbana do Brasil; A dinâmica regional e urbana da economia durante a expansão industrial brasileira; Mudanças recentes na dinâmica regional e urbana brasileira; A região do Triângulo Mineiro; Questões atuais e perspectivas econômicas para a região do Triângulo.

Monografia I (60 h)

Primeira fase para desenvolvimento e elaboração da Monografia, sob orientação individual de um docente de livre escolha do aluno, com a aquiescência do docente. Deverá ter as características formais de trabalho técnico-científico e basear-se no Projeto de Monografia aprovado em Técnicas de Pesquisa em Economia.

Laboratório de Pesquisa em Economia IV (30 h)

Técnicas e Simulações: a metodologia da análise de conjuntura e cenários aplicada à Economia. Cenários Nacionais e Internacionais sob Incerteza. Cenários e Empresas Multinacionais. Cenários e Estados. Estudos de Caso. Análise de Conjuntura e Cenários Macroeconômicos.

8º Período

Desenvolvimento Sócio-Econômico (60 h)

Origem e contribuições seminais da Teoria do Desenvolvimento Econômico. A Especificidade do Desenvolvimento Econômico Capitalista: o capitalismo auto-determinado. O Desenvolvimento como um Processo Nacional. O Paradigma Estruturalista: O Desenvolvimento Econômico na Perspectiva da CEPAL. A Teoria do Excedente Social. O Capitalismo Dependente e o Subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento brasileiro: questões nacionais e impasses atuais. O desenvolvimento local/territorial endógeno; desenvolvimento sustentável.

Economia Política do Desenvolvimento da América Latina (30h)

As Teorias Explicativas do Desenvolvimento Latino-americano. O Capital Estrangeiro e o Novo Caráter da Dependência. Crise e Reformas Sociais. Golpes de Estado e Movimento Insurrecional nos anos 1970. Processo de Redemocratização. Dívida Externa, Déficit Público e Dívida Social. Inserção Externa nas décadas de 1980 e 1990. Desafios Contemporâneos ao Desenvolvimento Latino-Americano.

Economia do Meio Ambiente (30h)

Relações entre sistema econômico e meio ambiente. A Economia Ambiental Neoclássica e suas principais ramificações (economia da poluição e economia dos recursos naturais). A Economia Ecológica e as distinções básicas com relação à Economia Ambiental Neoclássica. Escala sustentável, distribuição justa e eficiência econômica. A lei da entropia e o processo econômico. Macroeconomia Ambiental sob a perspectiva da Economia Ecológica. Risco, incerteza, ignorância e o princípio da precaução. Política e Legislação Ambiental. Instrumentos de comando e controle e instrumentos econômicos. Valores de mercado, valores de não-mercado e a valoração ambiental.

Monografia II (60 h)

Segunda e última fase para o desenvolvimento e elaboração da Monografia, sob orientação individual de um docente de livre escolha do aluno, com a aquiescência do docente. Deverá ter as características formais de trabalho técnico-científico e basear-se no Projeto de Monografia aprovado em Técnicas de Pesquisa em Economia e em Monografia I. A Monografia elaborada será defendida perante Banca Examinadora, conforme Regulamento para Monografia do Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas.

Disciplinas Optativas

A partir do 6º Período

Finanças Internacionais (60 h)

Modelos de Taxa de Câmbio. Política Monetária. Regimes Monetários e Política Cambial em Mercados Emergentes. Arquitetura do Sistema Financeiro Internacional. Modelos de Ataque Especulativo. As Crises da Década de 1990. Modelos de Dívida Soberana. As Crises do Início de 2000. Desequilíbrios Globais Atuais.

Economia Agrária II (60 h)

Política agrícola e agroindustrial no Brasil; a questão da agregação de valor para mercado interno e externo; evolução da produção e das exportações de produtos agrícolas brasileiros; agricultura e demografia; comércio agrícola internacional; agroenergia: biodiesel e etanol; competitividade da produção agrícola brasileira; transformações recentes na agricultura brasileira; agricultura familiar no Brasil e no mundo; mercado de carbono e agricultura; mudanças climáticas e agricultura; segurança alimentar e a crise mundial dos alimentos 2007-2008; agricultura no futuro e perspectivas tecnológicas.

Estado e Economia (60 h)

As concepções sobre a natureza do Estado Capitalista. O Estado e o Regime Político. As formas de governo. A intervenção do Estado. O debate liberalismo x intervencionismo. As formas de intervenção, áreas e objetivos da intervenção estatal. Os limites da intervenção do Estado. O Estado nos países subdesenvolvidos. O Estado Brasileiro: constituição histórica e o seu papel no desenvolvimento brasileiro. A intervenção do Estado no Brasil.

Políticas Públicas Setoriais (60 h)

Aspectos Gerais das Políticas Sociais e o Welfare State no Brasil; O Financiamento do Setor Público; As Políticas Públicas Setoriais: A Política de Seguridade Social, Políticas de Saúde e Saneamento Básico, Políticas Públicas para o Meio Ambiente, Política Habitacional, Política Educacional, Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial; Regulação das Relações de Trabalho, Condições de Trabalho e o Sistema Público de Emprego; Abastecimento, Alimentação e Nutrição; Outras Políticas Públicas Setoriais.

Economia da Tecnologia

Inovação Tecnológica - aspectos principais de evidências teóricas e empíricas recentes; Inovação Tecnológica no Brasil - o Sistema Nacional de Inovação (SNI) brasileiro no período recente; Inovação Tecnológica no Brasil - perfil e desempenho das firmas inovadoras; Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas; Alianças Estratégicas, Parcerias e Inovação - casos selecionados; Empreendedorismo e Incubadoras de Empresas; Fontes de Inovação na Empresa e Indicadores de Inovação; Estrutura de Mercado, Condicionantes Setoriais e Inovação; Tecnologia e Competitividade Internacional; Inovação no Mundo: Comparação internacional e o caso dos BRICS; Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Economia do Trabalho (60h)

Estudo do mercado de trabalho, formas de produzir e processo de trabalho. Relações de trabalho e mecanismos de proteção social.

Economia de Empresas II (30h)

Abordagens recentes da gestão empresarial.

Economia Marxista III (60h)

Mais-valia e lucro. Lucro médio. Lei de tendência à queda da taxa de lucro. Capital comercial e capital portador de juros. Crédito e capital fictício.

Economia Institucional (60h)

Antigo Institucionalismo norte-americano; Nova Economia Institucional; Neo-institucionalismo.

Economia Solidária e Cooperativismo (60h)

O Marco Conceitual: Economia Social, Economia Popular, Terceiro Setor, Economia Informal, Economia da Comunhão e Economia Solidária. O marco Teórico do Cooperativismo e da Economia Solidária. A Economia Solidária em sua Perspectiva Histórica. A Economia Solidária e o Problema da Adequação Tecnológica. A Economia Solidária e o Problema do Desenvolvimento Cognitivo. A Economia Solidária e o Desafio da Autogestão. Redes de Trocas e Moeda Social. Micro-Finanças, Microcrédito e a Economia Solidária. A Sustentabilidade econômica, social e ambiental dos empreendimentos solidários. O Marco Legal dos Empreendimentos Cooperativos e Solidários. Experiências de empreendimentos solidários no Brasil. Softwares Solidários.

Tópicos em Econometria (60h)

Apresentação dos mais recentes desdobramentos da estatística econômica e da econometria. Desenvolvimento lógico-formal da estatística econômica; Utilização do ferramental, em suas matizes recentes, sobre aspectos concretos da pesquisa econômica.

Tópicos em Economia Matemática (60h)

Recordação de medidas de dispersão; introdução às ferramentas e conceitos básicos em investimentos; investimentos de longo prazo; fatores de análise de investimento: rentabilidade, risco e liquidez; Produtos de investimento disponíveis no mercado bancário; desempenho e valor de uma empresa.

Tópicos em Microeconomia (30h)

Aprofundamento de Conceitos fundamentais de Microeconomia. Apresentação do debate teórico recente. Discussão de temáticas da atualidade.

Tópicos em Macroeconomia (30h)

A fronteira da Macroeconomia na vertente “ortodoxa”; A fronteira da Macroeconomia na vertente “heterodoxa”; O chamado “Novo Consenso Macroeconômico”.

Macrodinâmica II (30h)

A abordagem neoclássica; A crítica a teoria neoclássica; A abordagem schumpeteriana; A abordagem pós-keynesiana contemporânea; Os modelos de crescimento econômico com restrição externa; Os avanços nos modelos de crescimento com restrição externa, as evidências recentes e suas limitações.

Finanças Públicas Subnacionais (60h)

As "contas públicas": orçamento público. Finanças subnacionais. As "contas públicas" das esferas regionais (estaduais). As "contas públicas" das esferas locais (municipais). Reforma do Estado, ajuste fiscal e federação: o papel dos estados e municípios. Reforma tributária, sistema federativo e diversidades regionais. A gestão pública municipal: possibilidades, limites e espaço de atuação.

Economia Regional e Urbana II (60h)

A análise do desenvolvimento regional sob uma perspectiva das transformações globais, seus desafios e propostas de políticas públicas; Os instrumentos de pesquisa e as bases de dados sobre desenvolvimento regional; A definição de temas de pesquisa sobre desenvolvimento regional e sua elaboração.

Dinâmicas Territoriais (30h)

Apresentação de questões teóricas para a construção de uma visão crítica sobre o tema do desenvolvimento territorial e as diferentes dinâmicas que se constituem, tanto autonomamente a partir da organização de arranjos locais, como os que induzidos a partir das políticas públicas. Utiliza-se para isso autores brasileiros e estrangeiros que vêm participando ativamente do debate. Algumas temáticas a serem discutidas relativas ao desenvolvimento territorial passam por uma reinterpretação da dicotomia rural-urbana; pelo planejamento centralizado e descentralizado e participativo; e, pela relação política pública central e descentralização. Além de experiências nacionais de desenvolvimento territorial, realizaremos ainda análises de experiências européias em da questão da territorialidade.

Tópicos em Mercados Financeiros (60h)

Os desenvolvimentos recentes dos sistemas monetário e financeiro.

Gestão de Projetos (30h)

Gestão do projeto; planejamento de escopo; tempo e dinheiro; riscos; execução; equipe.

Regulação e Antitruste (30h)

Política Antitruste. Mercado Relevante. Poder de Mercado. Eficiências e Princípio da Razoabilidade. Padrões da Ação Antitruste. Condutas Anticompetitivas. Atos de Concentração. Prática da Ação antitruste no Brasil e no Mundo. Regulação Econômica. Conceito de Monopólio Natural. Formas de Regulação dos Preços. Prática da Regulação no Brasil.

Análise e Elaboração de Projetos II (60h)

Métodos de Avaliação de Empresas: Avaliação Baseada em Ativos, Modelos de Fluxo de Caixa Descontado, Avaliação Relativa, Modelos de direitos contingentes. Ênfase na avaliação pelo Fluxo de Caixa Descontado: estimação da taxa de desconto. Mensuração e previsão de fluxo de caixa.

Teoria dos Jogos (30h)

Introdução à Teoria dos Jogos. Modelos de Jogos. Jogos Simultâneos. Aplicações do Conceito de Equilíbrio de Nash. Jogos Competitivos e Estratégias Mistas. Jogos Seqüenciais e Repetidos. Jogos de Informação Incompleta.

Economia Pós-keynesiana (60h)

Keynes e a Economia Monetária de Produção. Os pós-keynesianos da vertente Keynesiana. Os pós-keynesianos da vertente kaleckiana. A crítica pós-keynesiana à economia do *mainstream*.

Tópicos em Estratégias Empresariais Internacionais (60 h)

Estudos de caso sobre estratégias empresariais internacionais (comércio, internacionalização produtiva, licenciamento, alianças).

Economia e Organizações Internacionais (60h)

Estudo das principais Organizações Internacionais Governamentais e Não-Governamentais, das Organizações de caráter regional, organizações de segurança, de cooperação econômica e de outros organismos especializados. Organizações Internacionais e seu papel no Sistema Internacional.

Instituições Econômicas e Políticas Internacionais (60 h)

Natureza e significado das instituições econômicas e políticas no funcionamento do sistema internacional. Aspectos teóricos conceituais: natureza das organizações internacionais, classificação e tipologia. Origem, evolução histórica, aspectos operacionais e processos decisórios.

Integração e Blocos Econômicos Internacionais (60 h)

Análise das teorias e dos processos de integração regional e de formação e desenvolvimento dos blocos econômicos internacionais.

Economia Política Internacional (60h)

Os conceitos e as discussões fundamentais da área da Economia Política Internacional e das Relações Econômicas Internacionais. O estudo da Economia Política Internacional: objeto, evolução e tendências.

Tópicos em Economia Política Internacional (60h)

Estudo das novas tendências em Economia Política Internacional.

Tópicos em Desenvolvimento e Sustentabilidade (60h)

Ascensão e Declínio da Economia do Desenvolvimento. O Conceito de Desenvolvimento Sustentável. Ambigüidades e Deficiências do Conceito de Desenvolvimento Sustentável. Do Eco-desenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução de um Conceito. Teses Sobre a Ciência e a Ética. Economia, Ecologia e Ética. Agrocombustíveis e Desenvolvimento e Impactos Sócio-ambientais do Setor Sucro-alcooleiro. Atividades Antrópicas e Impactos Ambientais. A posição das Nações Unidas com Relação ao Conceito e Prática do Desenvolvimento Sustentável. Mudanças Climáticas e Desenvolvimento. Agenda XXI e o Desenvolvimento Local Sustentável. Alguns dos Biomas Brasileiros: Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica, com foco no Cerrado. O Setor Florestal Brasileiro: Agro-florestas e Fomento Florestal.

Tópicos em Economia Política (30h)

Aprofundamento de temas da Economia Política.

Tópicos em Economia Política do Desenvolvimento da América Latina (30h)

Aprofundamento de estudos das principais questões econômicas, políticas e sociais do Desenvolvimento Latino-americano.

Teoria das Organizações (60 h)

A Organização e o Ambiente; Planejamento; Organização; Controle; Cultura Organizacional.

Organização do Espaço Mundial (60 h)

A multi-regionalização do globo terrestre e os problemas mundiais contemporâneos. Organizações e relações internacionais. Formação, situação atual e tendências da organização do espaço mundial.

LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais (60h)

Conceito de Libras. Fundamentos históricos da educação de surdos. Legislação específica. Aspectos lingüísticos da Libras.

Relação de Disciplinas e Componentes Curriculares por Unidade Acadêmica

Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais - FAFCS

Evolução das Idéias Sociais - ob
Ciência Política - ob

Faculdade de Matemática - FAMAT

Matemática I - ob
Matemática II - ob

Faculdade de Direito - FADIR

Instituições de Direito - ob

Faculdade de Educação - FACED

Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - op

Instituto de Geografia - IGUFU

Organização do Espaço Mundial - op

Faculdade de Gestão e Negócios - FAGEN

Matemática Financeira e Análise de Investimentos - ob
Teoria das Organizações - op.

Faculdade de Ciências Contábeis - FACIC

Contabilidade e Análise de Balanços - ob

Instituto de História - INHIS

História Econômica Geral - ob

IEUFU - Instituto de Economia

Introdução à Economia - ob
Economia e Ética - ob
História do Pensamento Econômico - ob
Microeconomia I - ob
Microeconomia II - ob
Tópicos em Microeconomia - op
Economia Marxista I - ob
Economia Marxista II - ob
Economia Marxista III - op
Contabilidade Social - ob
Macroeconomia I - ob
Macroeconomia II - ob
Macroeconomia Moderna - ob
Tópicos em Macroeconomia - op
Macrodinâmica I - ob

Macrodinâmica II - op
Análise e Elaboração de Projetos I - ob
Análise e Elaboração de Projetos II - op
Gestão de Projetos - op
Introdução à Estatística Econômica - ob
Estatística Econômica e Introdução à Econometria - ob
Econometria - ob
Tópicos em Econometria - op
Economia Industrial I - ob
Economia Industrial II - ob
Formação Econômica do Brasil - ob
Economia Brasileira Contemporânea I - ob
Economia Brasileira Contemporânea II - ob
Economia Brasileira Contemporânea III - ob
Relações Econômicas Internacionais I - ob
Relações Econômicas Internacionais II - ob
Economia Monetária - ob
Economia Monetária e Financeira - ob
Tópicos em Mercados Financeiros - op
Economia Internacional - ob
Economia do Setor Público - ob
Planejamento e Política Econômica Brasileira - ob
Economia Agrária I - ob
Economia Agrária II - op
Economia Regional e Urbana I - ob
Economia Regional e Urbana II - op
Dinâmicas Territoriais -op
Desenvolvimento Sócio-Econômico - ob
Economia do Meio Ambiente - ob
Tópicos em Desenvolvimento e Sustentabilidade - op
Economia Política do Desenvolvimento da América Latina - ob
Tópicos em Economia Política do Desenvolvimento da América Latina - op
Tópicos em Economia Política - op
Economia Política Internacional - op
Tópicos em Economia Política Internacional - op
Laboratório de Pesquisa em Economia I - ob
Laboratório de Pesquisa em Economia II - ob
Laboratório de Pesquisa em Economia III - ob
Laboratório de Pesquisa em Economia IV - ob
Técnicas de Pesquisa em Economia - ob
Monografia I - ob
Monografia II - ob
Estado e Economia - op
Economia de Empresas I - ob
Economia de Empresas II - op
Finanças Internacionais - op
Políticas Públicas Setoriais - op
Economia da Tecnologia - op
Economia do Trabalho - op
Economia Institucional - op
Economia Solidária e Cooperativismo - op
Teoria dos Jogos - op
Economia Pós-keynesiana - op
Tópicos em Economia Matemática - op
Economia e Organizações Internacionais - op
Instituições Econômicas e Políticas Internacionais - op
Integração e Blocos Econômicos Internacionais - op
Tópicos em Estratégias Empresariais Internacionais - op
Finanças Públicas Subnacionais - op
Regulação e Anti-trust - op

IX - Diretrizes Gerais para o desenvolvimento metodológico do ensino

Em conformidade com a LDB (Lei nº 9394/96) e com a definição do Plano Nacional de Graduação (PNG), as instituições de ensino superior adquiriram uma maior autonomia no planejamento, na organização e gestão de suas atividades e fins, por meio dos projetos pedagógicos de seus cursos, com o intuito de atender às novas exigências da sociedade.

A educação está passando por um momento-chave de reflexão, diante do impacto ditado por essas novas políticas e diretrizes para a educação superior, bem como pelo desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e cultural, que requer a formação de um profissional que tenha uma postura crítica e criativa, além de dispor de uma capacidade de busca permanente de novas habilidades e aptidões.

A concepção teórico-metodológica na qual se assenta o Bacharelado em Ciências Econômicas tem como base a formação integral do graduando, de modo que busca produzir um processo participativo de decisões, instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, explicitando princípios baseados na autonomia, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos num projeto comum e coletivo.

Dessa forma, prioriza-se a formação de habilidades e competências, orientando o aluno para a construção crítica do conhecimento, aprendendo não só a ser o profissional mas, também, um cidadão integrado à realidade social em que vive.

Nesse contexto, seguindo os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer CNE/CES nº 67/2003), são consideradas, para a execução do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas, as seguintes instruções normativas:

- Flexibilidade na composição dos conteúdos a serem trabalhados;
- Diversidade de tipos de formação e habilitações num mesmo programa;
- Sólida formação geral;
- Estímulo à prática de estudos independentes e sua valorização;
- Reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente universitário;
- Articulação teoria-prática;

- Relevância para a pesquisa individual e coletiva e atividades de extensão incluídas na carga-horária curricular; e
- Avaliação formativa ao longo do processo de aprendizagem.

Neste sentido, é desejável uma formação profissional ampla e diferenciada, em consonância com as necessidades sociais e com a realidade do mundo do trabalho. Nessa perspectiva, se faz necessária a proposição de um sistema de avaliação abrangente, com uma concepção de excelência acadêmica, que supere a avaliação como fim do processo de ensino-aprendizagem.

O Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas busca propiciar um maior envolvimento dos estudantes com as disciplinas e demais componentes curriculares, tendo por base um projeto integrado e integrador que permita o equilíbrio entre conhecimentos, habilidades, atitudes e, ainda, os estimule a aprender, passando a entender a aprendizagem como um processo dialético de construção de conhecimento, evidenciado por conceitos significativos, desenvolvidos constantemente e não de forma isolada, fragmentada e sem vínculos com a realidade.

A formação do Bacharel em Ciências Econômicas, em função das características da profissão, requer o desenvolvimento de habilidades para compreender, decidir e agir em contextos de incerteza e com a influência simultânea de vários agentes, exigindo posturas pró-ativas de interação, diálogo, contraposição e tomada de decisão.

X - Diretrizes para os processos de avaliação da aprendizagem e do curso

O processo de avaliação da aprendizagem e de avaliação do Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas estará pautado nas seguintes premissas:

- O processo avaliativo não se constitui em atividade meramente objetiva, imparcial e técnica, simples verificação de resultados do desempenho do estudante e da implementação e do desenvolvimento do currículo.
- A forma de avaliar expressa uma visão da instituição acadêmica e de sociedade, e seus instrumentos devem ser selecionados em consonância com os objetivos propostos.

- A avaliação será colocada a serviço da formação do Bacharel em Ciências Econômicas de maneira a diagnosticar os avanços e os desafios do processo de concretização dos objetivos propostos no presente Projeto Pedagógico.

- As práticas avaliativas do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas e da aprendizagem estarão pautadas no processo de avaliação formativa, visando o acompanhamento e desenvolvimento de ambas as práticas.

X.1 - Avaliação da aprendizagem dos estudantes

- Para cada disciplina serão distribuídos 100 (cem) pontos, em números inteiros. Para ser aprovado, o aluno deve alcançar o mínimo de 60 (sessenta) pontos na soma das notas e 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas e outras atividades curriculares.

- O plano de avaliação é parte integrante do Plano de Ensino e deve ser apresentado, pelo professor, ao Colegiado de Curso, para aprovação, após discussão com a turma, até 30(trinta) dias após o início do ano letivo.

X.2 - Avaliação do curso

Com o objetivo de acompanhar o processo de implantação e de desenvolvimento da organização curricular constante deste Projeto Pedagógico, nos quatro primeiros anos de sua implantação será realizado anualmente um processo de avaliação sistemática, envolvendo todos os segmentos que dele participam: Conselho do Instituto de Economia, Coordenação e Colegiado do Curso, docentes, técnicos administrativos e discentes. Após esses primeiros quatro anos, a avaliação será realizada a cada dois anos. Será organizado pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas o acompanhamento do egresso, inclusive através da utilização de fichas cadastrais que contenham dados essenciais sobre a sua atuação profissional e a contribuição do curso na sua formação. Neste processo de avaliação do curso serão considerados os indicadores da qualidade de formação do Bacharel em Ciências Econômicas.

O Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas conta com Colegiado constituído nos termos do Regimento Geral da UFU e do Regimento Interno do Instituto de Economia, e é composto por 01 (um) Coordenador, 04 (quatro) docentes do IEUFU e 01 (um) representante discente regularmente matriculado no curso.

XI - Duração do curso, tempo mínimo e máximo de integralização

XI.1 - Duração do Curso: 8 (oito) semestres letivos - 4 anos.

XI.2 - Integralização do Curso: mínimo de 8 (oito) e máximo de 14 (quatorze) semestres.

XII - Equivalência entre Currículos Atual e Proposto

Aos alunos ingressantes no segundo semestre letivo de 2009 e primeiro semestre letivo de 2010 é facultada a migração do atual Currículo para o Currículo Proposto, para o que é apresentada a seguir a Tabela de Equivalência.

TABELA DE EQUIVALÊNCIA ENTRE CURRÍCULOS - CIÊNCIAS ECONÔMICAS							
PERÍODO	CÓDIGO	CURRÍCULO ATUAL	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	CÓDIGO	CURRÍCULO PROPOSTO	CARGA HORÁRIA ¹
1		MATEMÁTICA 1	60 h			MATEMÁTICA 1	90 h
2		MATEMÁTICA 2	60 h	1			
2		INTRODUÇÃO À ECONOMIA	60 h	1		INTRODUÇÃO À ECONOMIA	60 h
1		EVOLUÇÃO DAS IDÉIAS SOCIAIS	60 h	1		EVOLUÇÃO DAS IDÉIAS SOCIAIS	60 h
1		CONTABILIDADE E ANÁLISE DE BALANÇOS	60 h	1		CONTABILIDADE E ANÁLISE DE BALANÇOS	60 h
2		HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO	60 h	2		HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO	60 h
2		HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL	60 h	2		HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL	60 h
2		ECONOMIA E ÉTICA	60 h	1		ECONOMIA E ÉTICA	60 h

Notas:

¹ O aluno ingressante em 2009-2 e 2010-1 poderá optar pelo Novo Currículo, mediante assinatura de Termo de Opção na DIRAC

² A Carga Horária Total é exatamente igual à Carga Horária Teórica para os componentes curriculares em questão

³ Realizada a equivalência acima estabelecida, o aluno deverá ainda cursar todos os demais "Componentes Curriculares" constantes no Projeto Pedagógico em cada um dos períodos.